

# FATOS E NOTAS

---

## UMA VISÃO DE GOIÁS ATRAVÉS DE MORAES ANTAS.

---

*DALISIA E. MARTINS DOLES*  
do Departamento de História e Geografia da Uni-  
versidade Federal de Goiás.

Goiás, província central e insulada, apresentava-se à segunda metade do século XIX, empobrecida e estagnada.

Com a economia assentada na agro-pecuária, suas vias de comunicações até a segunda metade da década de 40 estavam orientadas para o centro-sul, permanecendo a navegação fluvial relegada a plano secundário.

Só a partir de 1846 algumas medidas tendentes a preparar o Araguaia para a navegação, seriam adotadas, algumas delas orientadas para a dinamização da catequese.

De outra parte, com o objetivo de expandir o povoamento no Araguaia, no ano de 1849, o governo imperial determinou a fundação de cinco Presídios a serem erguidos na região.

Para orientar essa obra foi designado pelo governo imperial o engenheiro João Batista de Castro Moraes Antas.

Em 1851, atendendo às instruções recebidas, iniciou seus trabalhos e em dois relatórios apresentou a sua apreciação a respeito da questão.

Naquele momento, dos cinco Presídios inicialmente projetados, encontravam-se implantados apenas o de Santa Isabel e o de Leopoldina.

A primeira iniciativa de Moraes Antas foi visitar os núcleos estabelecidos e após permanecer em Leopoldina por algum tempo, a 19 de outubro de 1852 partiu rumo ao Presídio de Santa Isabel, então estabelecido na região do rio das Mortes e que por ele foi descrito como encontrando-se em estado deplorável.

A guarnição carecia de roupas, de armas e apresentava-se faminta. Das quarenta praças inicialmente ali aquarteladas, restavam apenas 21. O instrumental que fora dado aos colonos em 1850, chava-se reduzido a menos da metade, isto é, de 12 enxadas restavam 6, de 18 foices sobravam 6, e os 20 machados estavam reduzidos a 1.

Não havia plantações ou habitações condizentes.

Considerando inadequado o local do Presídio, opinou o engenheiro Moraes Antas pela sua transferência para a ilha do Bananal.

A par com a transferência do Presídio de Santa Isabel, aquele engenheiro procedeu à demarcação das terras de Leopoldina.

Importante é a opinião de Moraes Antas sobre o estado daqueles dois Presídios, dizendo:

“Se bem que V. Ex<sup>a</sup> me não incumbisse de dar-lhe informações a cerca do estado em que se acham os Presídios ouso todavia occupar-me deste objecto não só porque tomo a peito a realização da navegação do Araguaya que esses estabelecimentos são destinados a proteger e auxiliar, como também porque tenho necessidade de justificar amplamente o que ja disse ao Exm<sup>o</sup> Governo a respeito da fundação de novos Presídios. De mais: tudo quanto observei nos dois Presídios existentes deixou-me a convicção profunda de que se se occultar a verdade ao governo e se por consequência não houver sobre estes estabelecimentos fiscalização rigorosa, acompanhada de certas providencias que tomarei a liberdade de propôr, os presidios não passarão de inutil verba de despesa, não poderão prosperar e terá o Governo de retirar os destacamentos” (1).

Sobre o Presídio de Leopoldina, a visão que Moraes Antas nos apresenta é de total deficiência, seja quanto ao desenvolvimento, seja quanto à administração.

As plantações apresentavam-se abandonadas, totalmente estragadas pelas vacas e porcos que viviam à solta.

No tocante às construções, apresentavam-se elas em ruínas, morando o comandante no paiol, estando o quartel abandonado e servindo de curral.

---

(1). — Relatório do Dr. João Baptista de Castro Moraes Antas apresentado em 15 de março de 1852 acerca da exploração dos rios Tocantins e Araguaya, f. 11. Manuscrito da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

A população vivia dominada pela inércia, apresentando-se

“como passageiros a espera de rendimento” (2).

Realmente lamentável era o estado do Presídio de Leopoldina, de tal sorte que Moraes Antas descreve-o como

“uma fazenda de pequena porção de gado, com todos os visos da negligência e do mau governo” (3).

Algumas sugestões foram feitas pelo mesmo engenheiro:

- a). — substituição do comandante;
- b). — trabalhos intensivos no sentido de implantação de agricultura que permitisse o auto-abastecimento do Presídio, sem o que não preencheria a sua importante função de suporte à navegação fluvial.

O Presídio de Santa Isabel é visualizado por Moraes Antas como fadado ao fracasso devido à insalubridade do local, ao esvaziamento populacional progressivo e ao clima de violência e arbitrariedades criados pelo comandante.

O estado de ânimo da população fundamentava-se na

“crença quasi inabalável de que era inútil se cançarem em cultivar o terreno, de que os Presídios não hão de prosperar, e de que o Governo hade vir a desistir da empresa de povoar os sertões do Araguaya” (4).

Opinião importante é emitida por Moraes Antas, que levando em consideração a situação acima descrita, considera temerário o Governo Imperial despender recursos para a implantação de novos Presídios no ano de 1852, visto que aqueles criados em 1850, mal sobreviviam (5).

Embora pessimista em relação ao desenvolvimento de Leopoldina, Moraes Antas ressalta uma vantagem apresentada por aquele Presídio, que muito poderia ajudá-lo, representada pela sua proximidade ao arraial de Santa Rita, onde seus habitantes poderiam abastecer-se.

---

(2). — *Ibidem.*, f. 13.

(3). — *Ibidem.*, f. 13.

(4). — *Ibidem.*, f. 14-15.

(5). — *Ibidem.*, f. 16.

Segundo a visão daquele engenheiro, medidas mais arrojadas deveriam ser tomadas com o objetivo de incrementar a pecuária, visto que

“não ha talvez na provincia inteira uma região mais propria para a criação do gado vacum e cavallar que os campos da margem do Araguaya. Na Ilha do Bananal coberta de servos e veados de diversas qualidades, as pastarias se estendem desde a beira dos rios até as terras mais altas do interior que como o mais estão cobertos de mui boas mattas” (6).

Como uma das causas do pouco apego dos soldados aos presídios, considerava o engenheiro Moraes Antas o fato de a grande maioria não ter família e como bem frisava ele

“sem laços de familia a vida nesses sertões é um degredo horrível...” (7).

Analisando a questão da navegação dos rios Araguaia e Tocantins, o engenheiro Moraes Antas sugeria:

a). — que à medida que for sendo procedida a exploração e reconhecimento dos rios fossem estabelecidos destacamentos militares nos locais que parecessem mais adequados para a fundação de Presídios;

b). — proceder-se o simples reconhecimento dos rios sem preocupação com o povoamento (8).

A primeira recomendação, evidentemente era a mais acertada, pois permitiria um reconhecimento mais acurado dos rios devido à cobertura militar e às possibilidades de abastecimento de que disporia.

No que tange à exploração do Tocantins, Moraes Antas considerava que São João da Palma e Porto Imperial seriam excelentes pontos de partida e que estudos deveriam ser realizados com o máximo de brevidade possível.

O levantamento global dos rios Araguaia, Tocantins e do Peixe eram o objetivo daquele engenheiro que assim esperava compor uma Carta hidrográfica da região setentrional de Goiás.

Dada a carência de elemento humano e à dificuldade de abastecimento, a opinião de Moraes Antas é desfavorável à criação de novos presídios.

---

(6). — *Ibidem.*, f. 18.

(7). — *Ibidem.*, f. 21.

(8). — *Ibidem.*, f. 24.

Propugnava ele o fortalecimento de Santa Isabel e Leopoldina, visto estarem situados em região infestada por índios, e, portanto, necessitados de ampla cobertura militar.

Para que o Presídio de Santa Maria se afirmasse, necessário se fazia o reerguimento de Boa Vista, núcleo que no século XVIII fora florescente e que à época apresentava-se em declínio, tanto que, anteriormente visitada por Castelnau, este ressaltara a miséria do lugar.

Do antigo aldeamento dos chavante e carajá restavam apenas ruínas, havendo no local apenas 23 palhoças, incluídas as dos soldados do destacamento e uma casa de telha, inacabada.

Relativamente à catequese religiosa, Moraes Antas considerava-a inoperante e totalmente dispensável, preconizando duas medidas face ao problema indígena:

a). — tratar com urbanidade os índios, “fazendo com que percão o receio de agressões da nossa parte, dando-lhes o exemplo de uma vida habitualmente laboriosa, mais tranquila e mais feliz”;

b). — “emprehender em grande escala o chamal-os ao seio da Sociedade Brasileira e para isso é preciso que se não recue ante a ideia de empregar avultados capitães e homens de intelligencia superiores” (9).

Com meios escassos, considerava que a catequese direta tornava-se prejudicial e mesmo impossível, servindo apenas para mal predispor os índios com relação aos civilizados.

Os índios carajá são descritos como pacíficos e simpáticos, porém ciumentos dos chavante, com os quais não se relacionavam.

De modo geral, considerava o engenheiro Moraes Antas que a

“tribu carajá e talvez todas as outras que habitão os vastos e desconhecidos sertões da Provincia não só vive em desintelligencia com as outras tribus, principalmente a Chavante que occupa a margem direita do Araguaya, como tambem se acha enfraquecida pela subdivisão em pequenas aldeias que não entretem relações amigaveis entre si” (10).

O aldeamento dos índios carajá e carajaí da Ilha do Bananal deveria ser feito, segundo Moraes Antas, levando-se em consideração:

---

(9). — *Ibidem.*, f. 39.

(10). — *Ibidem.*, f. 47.

- 1). — o número elevado dos silvícolas;
- 2). — a falta de força moral dos capitães das Aldeias para controlarem seus subordinados e motivá-los à adoção de um novo sistema de vida;
- 3). — a resistência acirrada desses índios em adotarem o trabalho organizado, o que representa sério obstáculo à sua civilização (11).

Na parte final do relatório, Moraes Antas, levando em consideração a fragilidade dos núcleos populacionais representados pelos Presídios, considerava o futuro da navegação comprometido.

*Conclusão:*

Esse relatório, constante de 69 folhas manuscritas, documento inédito da Biblioteca Nacional, embora se nos afigure pessimista é o resultado da observação arguta de um homem honesto e pragmático.

As questões levantadas por Moraes Antas mereciam um estudo mais acurado dos governos provincial e imperial e tão acertadas foram as suas conclusões, com relação ao povoamento e ao problema indígena, que diríamos ser proféticas, pois fatos posteriores comprovariam o despreparo do Araguaia para a navegação.

Expressivo foi o fracasso da Companhia Comercial do Araguaia em que nem o auxílio governamental e o arrojo dos seus empreendedores foram suficientes para vencer os grandes obstáculos representados pelos vastos sertões do Araguaia, desertos e inóspitos.

---

(11). — *Ibidem.*, f. 61.